
***PROJETO POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE******POLITICAL PROJECT OF ACCESS AND PERMANENCE OF
PERSONSWITH VISUAL DEFICIENCY IN THE UNIVERSITY***

LAÍS DE PAULA LEITE; MÁRCIO PEREIRA; THAINARA PEREIRA
SILVA; THAYNÁ MILLENE DA SILVA SIMÕES

RESUMO:

O artigo visa relatar e discutir as experiências decorrentes do Projeto de Extensão e Ensino referente ao Edital PROEX/PROEN Nº 03/2018, Política de Acesso e Permanência de Pessoas com Deficiência Visual na Universidade, promovido pelo Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE)/UEMG, com o objetivo de acompanhar discentes com deficiência visual nas atividades acadêmicas que se fizerem necessárias, nas dependências e/ou fora da instituição, se for o caso. Tal iniciativa teve o propósito à seleção de um estudante com recebimento de bolsa para apoiar o discente com deficiência visual, no caso em específico, na Unidade Divinópolis, no curso de Psicologia. Este projeto pressupõe que as diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educacional, mas o ponto de partida para o seu enriquecimento e para dar respostas adequadas e urgentes às necessidades cognitivas, afetivas e sociais da pessoa com deficiência incluída no espaço universitário. As atividades tiveram como fim auxiliar o discente na leitura do material solicitado no período das aulas; digitar materiais impressos e salvá-los em formato de Editor de Texto; acompanhá-lo nas situações escolares pertinentes; enviar e-mails com conteúdos acadêmicos e contribuir para sua acessibilidade aos conteúdos curriculares e aos espaços físicos da instituição. As ações desenvolvidas facilitaram o acesso e a permanência da pessoa com deficiência visual no percurso educacional no espaço universitário.

Palavras-chave: Deficiência Visual. Políticas Públicas. Universidade. Inclusão.

ABSTRACT: The article aims to report and discuss the experiences arising from the extension and teaching project regarding the PROEX/PROEN issue N 03/2018, access and permanence policy of visually impaired people at the university, promoted by the Support Center for the Student (NAE)/UEMG, with the aim of accompanying students with visual impairment in the academic activities that are necessary, in the dependencies and/or outside the institution, if applicable. This initiative had the purpose of selecting a student with scholarship to support the students with visual impairment, in the specific case, in the Divinópolis unit, in the psychology course. This project assumes that the differences are not obstacles to the fulfillment of educational action, but the starting point for their enrichment and to give adequate and urgent answer to the cognitive, affective and social needs of the disabled person Included in the university space. The activities had as an end to assist students in reading the material requested during the classes; Type printed materials and save them in text Editor format; To accompan

y you in the relevant schoolsituations; Send emails with academic content andcontrib
ute to its accessibility to the curriculum contents andto the physical spaces of the insti
tution. The actionsdeveloped facilitated the access and permanence of thevisually im
paired person in the educational pathway in theuniversity space.

Keywords: Visual impairment. Public policies. University. Inclusion

1.INTRODUÇÃO

O presente artigo foi desenvolvido com o intuito de discutir sobre a inclusão das pessoas com deficiência no Ensino Superior, bem como relatar as experiências decorrentes do Projeto “Política de Acesso e Permanência de Pessoas com Deficiência Visual na Universidade”, desenvolvido na Unidade Divinópolis/UEMG, cuja duração se deu de 1º de abril a 15 de dezembro de 2018. Tal iniciativa originou-se do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão - PROEX e Pró-Reitoria de Ensino - PROEN da Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG, com a publicação do Edital 03/2018.

O Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) foi aprovado pelo Conselho Universitário – CONUN¹, através da Resolução nº 201/2010, e suas ações propõem a democratização do acesso e promoção de condições de permanência dos estudantes na universidade, seja na orientação e no acompanhamento especializado, seja no atendimento de demandas de acessibilidade (educação inclusiva), contribuindo para integração psicossocial, acadêmica e profissional do estudante.

É válido ressaltar que o projeto está voltado à comunidade estudantil e é caracterizado como um processo que envolve educação, cultura e ciência. Com a realização do referido projeto, sendo ele uma proposta de ensino e extensão, foi possível ter um olhar sobre as propostas inclusivas instituídas no país e sua implementação no espaço universitário. Certamente, a experiência obtida

¹ O Conselho Universitário (CONUN) é a unidade máxima de deliberação e supervisão da UEMG, incumbindo-lhe a definição da política geral da Instituição no âmbito acadêmico, administrativo, financeiro, disciplinar e patrimonial.

fundamenta reflexões sobre diversos aspectos da inclusão no Ensino Superior e leva a produção de conhecimentos a partir dos contrastes encontrados entre as propostas inclusivas e a realidade. De acordo com Nogueira (2013), a universidade quando propõe projetos dessa natureza efetua sua função social e produz conhecimentos.

Com a intenção de dar acessibilidade, de garantir a permanência e a inclusão de discentes com deficiência visual na universidade, este projeto contou com bolsistas para acompanhar os referidos estudantes, de acordo com as demandas identificadas nas atividades universitárias, tanto no período das aulas, quanto em outras tarefas acadêmicas que se fizeram necessárias. Importante informar que o projeto abrangeu outras unidades da UEMG, como Abaeté, Barbacena, Campanha, Carangola, Frutal, Ibirité e Ituiutaba, em que o número de vagas para alunos bolsistas foi proporcional a quantidade de discentes com deficiência visual.

A partir da proposta de inclusão educacional, tem havido um maior número de acesso, recentemente, das pessoas com deficiência no Ensino Superior, trazendo o desafio de incluí-los e de oferecer o apoio necessário para o seu desenvolvimento educacional. Desafio porque, para a UEMG, essa é uma das ações, não especificamente a primeira, pois o intérprete de Libras já é uma realidade para a UEMG, mas porque a universidade está iniciando o apoio às pessoas com deficiência e muitas questões são levantadas e obviamente muito se tem a aprender

Embora haja avanços em relação ao direito das pessoas com deficiência no Ensino Superior, oferecido pela UEMG, muitas questões precisam de reflexões, sejam elas, sociais, culturais e/ou de ensino. Assim, o objetivo do referido texto é o de trazer alguns pontos para refletir e contribuir com as ações propostas pelo NAE relativo à pessoa com deficiência, especificamente o deficiente visual.

2. Percurso Metodológico

Este estudo trata-se de um relato de experiência a partir do apoio a um estudante com deficiência visual na universidade, especificamente na Unidade Divinópolis/UEMG. De acordo com Carvalho (1991, p. 60) “o relato de experiência é um texto que **descreve precisamente uma dada experiência que possa**

contribuir de forma relevante para sua área de atuação”. Ele traz as motivações ou metodologias para as ações tomadas na situação e as considerações/impressões que a vivência trouxe àquele (a) que a viveu.

O relato foi elaborado a partir da vivência e experiências obtidas na prática do Projeto “Política de Acesso e Permanência de Pessoas com Deficiência Visual na Universidade”. Ele traz as considerações e impressões que a vivência no decorrer de sua implementação proporcionou.

Para a sustentação teórica, a revisão bibliográfica foi de extrema relevância. Buscou-se através de livros, artigos, teses, dissertações e outros meios, o que se tem pensado, discutido e vivido em relação à inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior, especificamente a deficiência visual.

Em relação ao acompanhamento do discente com deficiência visual os procedimentos realizados foram: auxiliar o discente na leitura do material solicitado no período das aulas; digitar materiais impressos e salvá-los em formato de Editor de Texto; acompanhá-lo nas situações escolares pertinentes; enviar e-mails com conteúdos acadêmicos e contribuir para sua acessibilidade aos conteúdos curriculares e aos espaços físicos da instituição.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No percurso histórico da humanidade, desde a primitividade, registra-se a exclusão, opressão e abandono de indivíduos que eram considerados “anormais²”, dentre eles, às pessoas com deficiência.

De acordo com Silva (1987), da primitividade a antiguidade, praticava-se a eliminação. Na primitividade pelas questões do deslocamento e sobrevivência das tribos e na antiguidade era comum que crianças nascidas disformes fossem expostas, abandonadas ou, ainda, atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas.

² A palavra anormal está entre aspas por configurar um período histórico, pois a partir das propostas que valorizam a diversidade e a diferença entende-se que o conceito de padronização que a palavra normal implica não se aplica ao ser humano. Importante frisar que a palavra “normal” possui uma fundamentação organicista que visa um quadro de equilíbrio do organismo. Também uma visão estatística, que valoriza a padronização. O que está fora do padrão, do normal, é “anormal”.

Com o surgimento do cristianismo, no período romano, agregou-se a ideia de amor ao próximo e de caridade, mas não foi o suficiente para promover a aceitação dos indivíduos que tinham alguma deficiência. No decorrer da idade média as pessoas com deficiência eram vistas de forma negativa, com representações do maligno e, às vezes, como castigo divino.

Na idade moderna, no período renascentista, em que houve uma racionalização da existência, o indivíduo com deficiência começa a emergir da sombra marginalizada (SILVA, 1987). Esse período denominou-se de segregação e/ou de institucionalização da pessoa com deficiência, pois a sociedade aceitava a deficiência, mas a isolava em determinados espaços institucionalizados para esse fim.

A partir do século XIX surgem as instituições especializadas, abrindo o debate para a inserção desses indivíduos na sociedade.

Em 1948, a ONU apresenta a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que fornece diretrizes para compreender a dignidade de toda e qualquer pessoa, representando um marco na história da humanidade. Em 1960, as pessoas com deficiência começam a frequentar os espaços escolares, exceto se causassem algum transtorno ao meio (SILVA; SANTOS, 2014). Desse período em diante tem-se a integração da pessoa com deficiência. A integração tinha como princípio que a pessoa com deficiência participasse da sociedade, no entanto, a mesma tinha que se adaptar ao que a sociedade oferecia, caso contrário ocorria à exclusão.

Com a evolução das discussões sobre os direitos humanos e na busca do entendimento sobre o ser humano houve uma crescente mudança conceitual em diversas áreas sociais, principalmente na educação, com vistas à defesa e a promoção do exercício do direito de todos à educação, a participação e à igualdade de oportunidades. Nesse contexto abre-se o caminho para a inclusão.

O movimento de um sistema social inclusivo busca o espaço democrático através do compromisso legal de uma sociedade que visa à qualidade de vida para todos, na qual a diversidade deve ser entendida e promovida como elemento enriquecedor da aprendizagem e catalizador do desenvolvimento pessoal e social.

Em relação à educação, de acordo com Lindquist (apud Duck, 2007, p. 59) “não são nossos sistemas educacionais que tem direito a certos tipos de crianças. É o sistema escolar de um país que tem que se ajustar para satisfazer as necessidades de todas as crianças”.

A proposta inclusiva vai contra a organização escolar por critérios seletivos que tem como base a concepção homogeneizadora do ensino, dentro da qual alguns estudantes são rotulados. Esta proposta se caracteriza pela uniformidade organizacional da escola, pois o estudante que não se enquadra na perspectiva educacional permanece à margem, sendo excluído. Esta postura contribuiu e contribui com a crescente desigualdade de direito entre os indivíduos.

Assim, a partir da proposta inclusiva a pessoa com deficiência passa a frequentar os espaços da escola regular. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

[...] Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. (BRASIL, 2008, p.11).

Contudo, ainda hoje, é necessário um aperfeiçoamento contínuo desse processo. Nesse sentido, as políticas públicas são de grande importância para proteger, reparar e promover os direitos das pessoas com deficiência, especialmente no que diz respeito à educação, seja no nível básico, médio ou superior. De acordo com Skliar (2003), a pedagogia não inclusiva, dita tradicional, não visava à diferença, mas a homogeneização..

É perceptível, a partir da proposta inclusiva, que a acessibilidade da pessoa com deficiência tem tido melhoras significativas em diversos ambientes sociais, inclusive em apresentações culturais e na educação, como é visto em Silva (2016). Entretanto, as ações de inclusão social ainda são insuficientes e ineficazes, por mais que seja um direito de todos em relação aos diversos espaços comuns, principalmente nas instituições de ensino, como é previsto pelo artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

[...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora [...] (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, 1996, p. 25).

O Ministério da Educação, em 2008, instituiu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com intuito de promover a autonomia e equidade de direitos dos estudantes com deficiência. A iniciativa inclui o ensino superior e busca assegurar o ingresso e as oportunidades para todos. Contudo, a matrícula de pessoas com deficiência ocorre com maior frequência no Ensino Básico, diminuindo no Ensino Médio, acentuando a redução da matrícula no Ensino Superior. Percebe-se que quanto mais alto o grau de escolaridade, menor é o número de pessoas com deficiência incluídas.

Apesar das diretrizes apontadas em 2008 pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que inclui o Ensino Superior até 2013 não tinha um documento norteador que fosse realmente direcionado para a inserção do mesmo no Ensino Superior. Foi em 2013, com o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, por meio do Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011, que sistematizou como iria ocorrer a inclusão neste grau de escolarização.

As políticas inclusivas no âmbito do Ensino Superior objetivam oferecer ao sujeito a acessibilidade e permanência na Universidade. No entanto, o sentimento de pertencimento demanda mais do que apenas em políticas públicas. De acordo com Masini e Bazon, (2005) é necessário aprofundar as formas de acessibilidade, seja arquitetônica, pedagógica, social ou cultural dentro da instituição de ensino superior.

Anteriormente as legislações a respeito da inclusão, o apoio a pessoa com deficiência no Ensino Superior possuía um caráter assistencialista. Com o Plano Incluir, as instituições de Ensino Superior começaram a elaborar propostas que fossem voltadas não só para a inclusão desse grupo de pessoas, mas também de criar meios para a permanência do mesmo no espaço universitário. A proposta do Programa Incluir – acessibilidade na educação superior baseia-se em orientações para as Instituições do Ensino Superior a criarem ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes, o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. (BRASIL, 2013, p. 10).

De acordo com as legislações inclusivas, a condição de deficiência não deve definir a área de interesse profissional da pessoa com deficiência. Para a efetivação deste direito, as instituições de Ensino Superior devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes. (BRASIL, 2013, p.12)

Em relação à inclusão da pessoa com deficiência visual, de acordo com Silva (2011) há especificações quanto à cegueira e baixa visão, que compõem quadros de recursos que podem ser diferenciados quanto à metodologia em relação ao grau de visão do aluno, sendo correto afirmar que existem graus de deficiência visual.

É importante definir deficiência visual, que segundo Domingues et al (2010), se diferencia entre cegueira e baixa visão. Nesse sentido, a primeira diz respeito ao comprometimento total da visão, que pode estar presente desde o nascimento, isto é, de forma congênita, ou se desenvolver ao longo da vida, por algum trauma ocular ou enfermidade. Essa ocorrência inesperada caracteriza a cegueira adquirida, cujos impactos geram consequências em todas as instâncias da vida do sujeito. Já a baixa visão é descrita pelo funcionamento visual danificado que não pode ser corrigido

com o uso de óculos convencionais e que afeta o desempenho de tarefas gerais (DOMINGUES et al, 2010).

De acordo com o comprometimento da pessoa com deficiência visual, para que a inclusão desse grupo seja efetiva, deve-se estar atento ao modo como cada indivíduo percebe e apreende o mundo. O ponto quando foi iniciada a deficiência, se desde o nascimento ou em que fase da vida ocorreu, trará informações sobre as necessidades especiais da pessoa com esta deficiência. Essas informações são importantes para que as propostas inclusivas, a esse grupo de pessoas, sejam eficazes.

De acordo com Silva e Santos, 2014, em relação à pessoa com deficiência visual, na perspectiva inclusiva, entendem-se:

Acolher uma pessoa com deficiência visual significa conhecer, a instituição e o corpo docente deve se propor à adaptar-se, garantir a acessibilidade, não só relacionada à locomoção, mas também a acessibilidade ao conhecimento, aos livros, aos professores – estes devem ser capacitados para lidar com as especificidades do seu aluno – deve-se ter um núcleo específico dentro da universidade para auxiliar esse aluno, que traga informações aos professores e acompanhe esse processo de formação (SILVA; SANTOS, 2014, p.11).

Para que haja a Inclusão propriamente dita, o deficiente visual deve se sentir acolhido pela instituição, pelo corpo de funcionários, pelo corpo docente e discente. Deve se sentir estimulado a fazer parte do meio, se socializar com seus demais colegas em grupos de estudo, usufruir das atividades de extensão e pesquisa, pois esse acolhimento é benéfico para a que pessoa com deficiência visual sinta-se autoconfiante e tenha uma boa autoestima.

Apesar das propostas inclusivas e o investimento que se tem feito para a implementação da inclusão, existem muitos pontos que devem ser melhorados e repensados, começando pela entrada da pessoa com deficiência visual para a universidade, desde os processos seletivos como Enem e vestibulares, que muitas vezes não respeitam as legislações: como tempo adicional para a avaliação, a presença de um leitor, as avaliações em Braille, as adaptações das avaliações com letra ampliada e outras.

Nas universidades, de acordo com os estudiosos, a pessoa com deficiência visual encontra, normalmente, muitas barreiras, como: corredores sem sinalização em Braille; a locomoção entre os diferentes espaços do campus sem qualquer instrução ou orientação; a questão da estrutura física da instituição que em muitas não são acessíveis, a questão da metodologia de ensino utilizada e o material didático que não favorecem a acessibilidade ao conteúdo, demora na tradução de textos para o Braille; impaciência e despreparo do corpo docente, discente e técnico; falta de computadores adaptados com teclado em Braille e programas com recurso de áudio. Além do mais, as bibliotecas não possuem, ou são poucas as obras existentes, como, também, não há livros disponíveis em áudio.

As instituições de ensino superior ainda estão no processo de compreender a inclusão das pessoas com deficiência, como afirma Pacheco e Costas (2005)

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior requer medidas que facilitem e auxiliem a concretização desse processo, como: formação continuada de professores, produção e adequação de recursos pedagógicos, assessoria psicopedagógica, adaptação do currículo, bem como a reflexão de todos os envolvidos no processo educativo. Torna-se necessário a criação de comissões ou núcleos na própria instituição responsáveis pelo desenvolvimento de ações que propiciem a inclusão. (PACHECO, COSTAS, 2005, p.11).

A Educação Superior com o objetivo não só de discutir o conhecimento adquirido pelo homem, mas o de produzir novos conhecimentos, contribuindo com o avanço social, cultural, econômico, político e outros, deve voltar-se, com extremo empenho, a corresponder aos desafios dos novos tempos, não só em termos de modernização tecnológica e capacidade emancipatória, mas, sobretudo, em incluir todos os seres humanos, independente de suas condições, no processo de conhecimento, prevalecendo o direito de todos em se construir e se inserirem na sociedade como profissionais capazes de fomentar o crescimento.

4. RELATO DE EXPERIÊNCIA: A DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR

Como previsto pelo Edital PROEX/PROEN 03/2018, as ações a serem desenvolvidas no apoio ao discente com deficiência visual, no curso de

Psicologia/Unidade Divinópolis/UEMG, nesse caso apenas um estudante, eram auxiliar o mesmo na leitura do material solicitado no período das aulas; digitar materiais impressos e salvá-los em formato de Editor de Texto; acompanhá-lo nas situações escolares pertinentes; enviar e-mails com conteúdos acadêmicos e contribuir para sua acessibilidade aos conteúdos curriculares e aos espaços físicos da instituição..

Para a implementação da proposta, a unidade convidou um orientador especializado na área da Educação Especial para supervisionar e acompanhar o desenvolvimento das ações. O orientador fazia parte do corpo de professores do curso de Psicologia e já atuava na área da inclusão da pessoa com deficiência, na Educação Básica, desde 2008.

Inicialmente, a partir das orientações, foi dada ao bolsista uma capacitação sobre a deficiência visual através de textos e cadernos elaborados pelo MEC e pelo Governo Estadual referente à inclusão da pessoa com deficiência visual, abordando aspectos conceituais, tecnologia assistiva, comunicação aumentativa e alternativa, mobilidade, discussões sobre acessibilidade física e pedagógica, enfatizando as adaptações curriculares.

Foi criado um formulário para o registro das ações do bolsista e também uma proposta de registro denominado Plano de Intervenção de Acessibilidade e Permanência (PIAP). No PIAP teria todas as ações que visariam a acessibilidade e permanência da pessoa com deficiência visual na universidade. Para a elaboração do PIAP foi orientado estar com o estudante contemplado para uma entrevista inicial, com o objetivo de verificar suas necessidades educacionais especiais. Logo após, a elaboração de um folder informando sobre a proposta de apoio a pessoa com deficiência visual a toda unidade. O mesmo foi veiculado virtualmente, nas redes sociais, com a finalidade de atrair a atenção das pessoas para as ações educacionais inclusivas desenvolvidas na universidade. Nele foi disponibilizado o contato da bolsista de apoio para quem quisesse saber mais informações sobre a iniciativa ou contribuir com alguma sugestão, poderia fazê-lo. Esta atitude possibilitou abertura para a participação de outros indivíduos no projeto.

Também foi elaborado um boletim de apresentação da proposta e da bolsista para todos (as) professores que davam aula para o respectivo discente. Nesse boletim colocaram-se todos os procedimentos necessários para que os professores pudessem contribuir com a acessibilidade e permanência do referido estudante na universidade. Um deles foi à solicitação aos docentes da entrega dos textos indicados para estudo à bolsista com 30 dias de antecedência, visto que o processo de digitação, correção e adequação dos materiais demanda tempo e planejamento prévio para que o discente tivesse um tempo hábil para estudo.

Na entrevista com o discente com deficiência visual foi sabido que o mesmo usava de recursos tecnológicos para acessar os textos universitários, baixado no próprio celular, como sistemas que convertem os escritos em áudio. Isso quando os professores enviam os textos no formato específico do programa. Normalmente, de acordo com discente, os textos indicados pelos professores não eram lidos, primeiro por não ter acesso pela biblioteca e pelos professores não enviarem os textos adequadamente. Muitas vezes, o discente procurava textos similares na internet para leitura, outras vezes, os colegas de sala o auxiliavam. Quanto às atividades avaliativas escritas os professores enviavam via e-mail e o discente respondia pelo celular, retornando aos professores.

Em relação ao conhecimento do espaço físico da Unidade o discente se restringia muitas vezes no próprio bloco da turma, devido às dificuldades físicas da instituição. Sua mobilidade era restrita.

Desta forma, uma das ações básicas do bolsista, contidas no PIAP, foi o de instruir os professores e de digitar os textos para conversão em áudio, seja no seu computador ou no celular. Essa ação se deu durante todo o ano letivo. Certamente, essa ação foi de extrema importância para que o discente com deficiência visual, no caso em específico a cegueira, pudesse ter acesso e participação nas aulas igual a todos os demais estudantes.

Importante frisar que o Plano de Intervenção de Acessibilidade e Permanência (PIAP), foi modificado no decorrer do ano, de acordo com as demandas que foram surgindo.

Outra necessidade educacional especial contido no PIAP foi a apresentação dos espaços físicos da unidade acadêmica, com o propósito de promover maior independência e facilitar a locomoção desse estudante nos ambientes da universidade. Dessa forma, foi executado um plano de orientação e mobilidade em que foi possível expor espaços desconhecidos pelo discente com deficiência visual dentro da universidade. Essa ação marcou uma experiência bastante significativa no projeto, visto que foi possível, inclusive, saborear alguns frutos produzidos na própria unidade e visitar uma exposição artística que ocorria no dia.

Além das necessidades citadas, outra proposta levantada foi a de promover a discussão da temática da inclusão e acessibilidade na universidade por meio de iniciativas concretas. Dessa forma, a bolsista do projeto teve a oportunidade de ministrar um minicurso na Semana Acadêmica de Psicologia. No evento, foi possível trazer o debate sobre a importância das tecnologias assistivas e outros recursos que podem garantir a inclusão da pessoa com deficiência no espaço educacional. Além disso, apresentou-se uma provocação sobre as concepções negativas e errôneas que comumente as pessoas têm em relação aos indivíduos com alguma deficiência, especialmente a visual, o que indica a necessidade de eliminação desses preconceitos..

De acordo com Sã e Simão (2010) as representações desfavoráveis são percebidas nas interações sociais e demonstram o desconhecimento geral frente às reais capacidades e potencialidades das pessoas com deficiência visual. Esse fato se reflete até mesmo nas relações entre professores e alunos, em que muitas vezes os profissionais não sabem como lidar com estudantes com deficiência. Isso gera situações de estranheza quanto aos procedimentos e metodologias de ensino que podem ser utilizadas de acordo com as necessidades identificadas e acabam por provocar constrangimentos em ambas as partes.

Ainda na Semana Acadêmica de Psicologia/Unidade Divinópolis, também foi feita uma apresentação do projeto na modalidade de comunicação oral, pela bolsista. Nesse momento, houve mais uma oportunidade de abrir o diálogo para outros sujeitos, o que proporcionou espaço para as colocações dos professores avaliadores, que elogiaram a iniciativa e parabenizaram o desenvolvimento das

ações que estão além do que foi proposto no edital, culminando com um certificado de Menção Honrosa pela qualidade do trabalho realizado.

Outra participação foi no 1º Encontro de Pesquisa e Extensão da UEMG Unidade Divinópolis, realizado no dia 18 de outubro de 2018, como apresentadora do pôster PROJETO POLITICA DE ACESSO E PERMANENCIA DE PESSOAS COM DEFICIENCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE. Também a participação, com apresentação de pôster no 20º Seminário de Pesquisa e Extensão, realizado de 07 a 09 de novembro de 2018.

4.1.CONTRIBUIÇÕES DA POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA

Ao longo de seu percurso acadêmico, é notório que o discente com deficiência visual encontrou diversas dificuldades e limitações na universidade, como em relação à locomoção nos espaços da instituição, visto que não existem rampas totalmente acessíveis na unidade, nem caminhos adequadamente sinalizados para o uso da bengala longa. Além disso, como já foi citado, o acesso aos materiais usados no curso também era comprometido e, com isso, o aluno se sentia prejudicado.

Contudo, após a implementação da Política de acesso e permanência, o discente passou a contar com maior igualdade de oportunidades de estudo e aquisição de conhecimentos, visto que com o projeto, os textos foram disponibilizados de forma a atender suas necessidades educacionais especiais. Também, foi possível notar a mobilização da turma para contribuir com as necessidades do aluno, o que facilitou o encaminhar do projeto.

Outro ponto a se destacar é a participação dos professores, que passaram a contribuir com a disponibilização dos materiais acadêmicos para digitação. Essa mudança quanto ao posicionamento dos docentes em relação ao estudante com deficiência facilitou o seu processo de inclusão na universidade. Dessa maneira, além de reconhecerem que este possui necessidades educacionais especiais e que exige adequação dos métodos usados, tornaram-se mais flexíveis quanto à forma de lidar com as particularidades desse aluno.

Todos os fatores apresentados contribuíram para a acessibilidade do estudante com deficiência visual no contexto universitário, mas deve-se dar atenção a questão

da permanência desses indivíduos na universidade. É válido mencionar que muitos alunos que possuem alguma deficiência não conseguem nem mesmo ingressar no ensino superior, devido à desigualdade de oportunidades que existe em comparação com as pessoas sem deficiência.

Ainda, aqueles que conseguem entrar na faculdade comumente não chegam a concluir o curso, pois não encontram o suporte e auxílio necessários para a superação das barreiras encontradas. Nesse sentido, a ausência de estruturação adequada nas instituições de educação superior, tanto dos espaços físicos, como das metodologias de ensino, dificultam a permanência da pessoa com deficiência na universidade.

De acordo com Coutinho (2011) quando as especificidades educacionais das pessoas com deficiência não são atendidas, nem mesmo ouvidas, a continuação dos estudos se torna uma tarefa extremamente difícil e muitos desistem no meio do percurso.

Dessa forma, o projeto permitiu criar condições favoráveis para que esses sujeitos não se sintam prejudicados e excluídos na universidade. Por se tratar de uma política voltada para a atuação prática, os resultados obtidos foram positivos e podem ser vistos de forma clara, refletidos na equiparação de oportunidades entre os alunos e no aumento da equidade. Nesse sentido, pode-se dizer que a iniciativa é eficaz para garantir o direito à acessibilidade e inclusão no âmbito educacional, além de ser favorável para que as pessoas com deficiência visual encontrem o suporte necessário para a continuação dos estudos.

4.2.DISSCUSSÃO SOBRE A POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA

É importante dizer que durante o desenvolvimento das atividades ao longo do ano, ocorreram algumas situações que merecem significativa atenção por se constituírem como obstáculos para a realização do projeto. A partir das dificuldades encontradas, tornou-se possível enunciar algumas sugestões, com o objetivo de auxiliar no aumento da eficácia e, de um modo geral, no aprimoramento da Política de Acesso e Permanência de pessoas com deficiência visual na universidade.

4.2.1.DIFICULDADES ENCONTRADAS

A primeira limitação foi em relação ao processo de sensibilização dos docentes por meio dos comunicados por e-mails. Em um primeiro momento, alguns professores não responderam aos informativos e não indicaram os materiais usados nas disciplinas. Desse modo, foi possível perceber a não adesão de alguns ao projeto o que dificultou a realização da digitação e das adequações dos textos. Nesse sentido, em alguns momentos foi necessário procurá-los pessoalmente para reforçar as orientações quanto aos procedimentos essenciais para a execução dessas ações.

Em segunda instância, identificou-se certa dificuldade de mudança por parte de alguns professores, que não permitiram a gravação das aulas pelo aluno. Além disso, notou-se que os docentes não possuem preparo específico para lidar com alunos com deficiência, visto que a metodologia usada muitas vezes não abrange o indivíduo com necessidades educacionais especiais. É importante citar, também, que diversas vezes o tempo disponível para digitação dos materiais foi extremamente curto, o que demonstrou o não cumprimento do prazo solicitado para isso.

Outro fator que exige consideração é a insuficiência de recursos disponibilizados pela universidade, como cursos de capacitação e preparação do bolsista de apoio. O fornecimento de maiores informações e orientações, por parte do NAE/UEMG, poderiam auxiliar no desenvolvimento das atividades, visto que o bolsista e o orientador tiveram que buscar recursos por conta própria sem contar com uma base da UEMG para ajudá-los. Ainda, a ausência de tecnologias assistivas e outros recursos de acessibilidade acabam por caracterizar uma organização inadequada das atividades do projeto.

Por fim, não se pode deixar de citar a pouca abrangência dessa política de acessibilidade, visto que na unidade de Divinópolis apenas um aluno com deficiência visual foi assistido pelo projeto. Não se sabe ao certo os critérios para a seleção que determinou apoio apenas para um estudante, mas é relevante mencionar que existem outros discentes com deficiência visual na universidade que poderiam ser

beneficiados com políticas como essa, que permitem a disponibilização de recursos que atendam suas necessidades especiais.

Importante dizer que na unidade há alunos com outras deficiências como física e também com quadros de Transtorno Global do Desenvolvimento como o espectro autista.

4.2.3.SUGESTÕES

Logo no processo de entrada na universidade, uma estratégia que pode ser eficaz para reduzir o índice de evasão de alunos com deficiência no ensino superior é a implementação de sistemas de identificação das necessidades do aluno ainda no ato da matrícula. Tal iniciativa pode ser desenvolvida por meio de questionários que reconheçam o tipo de deficiência apresentada e as necessidades especiais que possuem, para que, assim, seja possível trabalhar com propostas voltadas para a acessibilidade desses sujeitos no Ensino Superior.

Outro ponto importante é a capacitação dos professores para lidar da melhor forma com alunos com deficiência. Nesse sentido, a própria universidade poderia disponibilizar a preparação dos profissionais para que esses desenvolvam um planejamento antecipado dos recursos que podem utilizar no processo de ensino de modo inclusivo, atendendo a diversidade dos alunos. Com isso, o manejo em sala de aula seria facilitado e o indivíduo com deficiência teria melhores condições de participação nas atividades propostas pela universidade, com oportunidades de aprendizagem adequadas para as demandas que possuem. Assim, eles não seriam excluídos e garantiria sua permanência.

Ademais, é imprescindível o planejamento e reorganização do espaço físico voltado para a garantia das adaptações necessárias para a locomoção, independente das pessoas com deficiência. Como já foi citado, o estudante acompanhado no projeto dependia da ajuda dos outros para se mover nas dependências da instituição, pois tinha dificuldades em usar a bengala longa de forma autônoma. Desse modo, o piso tátil e as sinalizações corretas são fundamentais para promover a acessibilidade desses indivíduos (GIACOMINI; SARTORETTO; BERSCH, 2010).

Por último, é importante dizer que ao longo do ano, o projeto não teve nenhum acompanhamento direto do NAE/UEMG em relação ao andamento das atividades. Nesse sentido, seria eficiente que houvesse um sistema de avaliação e monitoramento da política para propiciar um diálogo mais próximo entre a instituição e os alunos com deficiência. Isso poderia ser executado, por exemplo, pela Pró-reitoria de Ensino e Extensão, através do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) para facilitar a interlocução entre os sujeitos e o atendimento às suas demandas. Também seria uma oportunidade interessante de ouvir as dificuldades e sugestões encontradas no decorrer do projeto.

Deve-se, com rigor, pensar de forma mais ampla na inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior, ir além da oferta de acessibilidade de acompanhar o deficiente nos afazeres pedagógicos. É preciso levar a proposta para o campo administrativo, financeiro, físico e outros, pois a inclusão para ser efetiva é necessária que a Universidade adapte todos os seus espaços.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão no ensino superior é hoje uma realidade para muitas pessoas que provêm de diversas matrizes socioculturais e que expressam distintas necessidades. Por isso, é um desafio para a universidade responder de forma positiva à demanda crescente dos estudantes com deficiência, mesmo com normatizações que apoiam a inclusão. É um processo de aprendizado para todos e requer transparência e tempo para uma oferta de educação de qualidade para todos a partir dos pressupostos inclusivos. No entanto, a demanda que chega a universidade de pessoas com deficiência tem justificado a criação de serviços de apoio à inclusão, por parte das instituições de Ensino Superior, no caso o NAE/UEMG e suas ações ligadas à inclusão, em específico o PROJETO POLITICA DE ACESSO E PERMANENCIA DE PESSOAS COM DEFICIENCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE.

Assim, o presente relato de experiência procurou descrever a vivência e experiência com o apoio a pessoa com deficiência visual e trazer reflexões a respeito da inclusão desse grupo de pessoas no espaço da universidade, não tendo o propósito de tecer conjecturas. O projeto em questão foi ofertado pela primeira vez

em 2018 e, certamente, melhorias haverá. Mas o essencial, a partir da vivência, é o reconhecimento de que, independente de haver uma normatização sobre os direitos das pessoas com deficiência visual, e dos deveres do Estado com os mesmos, às instituições de Ensino Superior devem fazer uma reflexão sobre suas reais posturas com relação aos mecanismos de acessibilidades que estão sendo oferecidos aos alunos com deficiência visual, buscando uma autoavaliação institucional para se fazer valer de que esses mecanismos realmente promovam a inclusão desse grupo de pessoas.

Desta forma, a temática inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior se faz de extrema importância para debate na atualidade, pois ficou evidenciado, a partir da vivência obtida, que a implantação das políticas públicas de acessibilidade e permanência de alunos com deficiência na universidade não garante condições para o seu cumprimento. É necessário, sim, que essas políticas venham acompanhadas de práticas que viabilizem suas efetivações, apesar de que a proposta em questão contribuiu com o contexto pedagógico, uma vez que o discente assistido reconheceu o apoio as suas dificuldades, facilitando a sua participação em sala de aula e a sua aprendizagem.

Importante citar que na análise das produções bibliográficas encontradas, foi possível identificar uma distância entre as normativas e práticas de apoio a efetivação da inclusão no Ensino Superior. De modo geral, há dificuldades para colocar em prática ações que possam alterar os espaços universitários a se constituírem inclusivos.

Finalmente, é importante ressaltar, além da necessidade de continuidade do projeto, que ocorra à implantação de outras políticas voltadas para as demais deficiências e transtornos, para assim efetivar o processo de inclusão social e educacional desses grupos de pessoas na universidade. Em diversos momentos a iniciativa foi generosamente elogiada e isso indica a satisfação de todos por saberem da existência e importância da realização de uma proposta como essa. Dessa forma, com a ampliação da política, torna-se possível aumentar os recursos de acessibilidade dispostos pela UEMG e, com isso, assegurar que essas pessoas tenham seus direitos mantidos e preservados.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834 - 27841. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL, MEC. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC / SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 11 de maio 2019.

BRASIL. **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Viver sem limites,** 2013. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_0.pdf. Acessado em: setembro de 2014.

BRASIL. **Decreto 7.612 de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/11/2011, Página 12 (Publicação Original)

CARVALHO, Maria Cecília M. de (org). **Metodologia Científica Fundamentos e Técnicas.** 3ª Ed. Campinas, SP. Papirus, 1991.

COUTINHO, Márcia Maria de Azeredo. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na educação superior e a construção de suas identidades.** Campo Grande, 2011. 104p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8200-a-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-visual-na-educacao-superior-e-a-construcao-de-suas-identidades.pdf>. Acesso em 20 nov. 2018.

DOMINGUES, Celma dos Anjos et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira.** Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial; Universidade Federal do Ceará, 2010. 64 p. v. 3. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7105-fasciculo-3-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 nov. 2018.

DUK, Cyntia. **Educar na diversidade: material de formação docente.** 3ed. Brasília: MEC, SEESP, 2007.

FERRARI, Marian A. L. Dias; SEKKEL, Marie Claire. **Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio.** *Psicol. cienc. prof.*[online]. 2007, vol.27, n.4, pp.636-647. ISSN 1414-9893. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000400006>. Acessado em: 15 maio 2019

GIACOMINI, Lilia; SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Orientação e mobilidade, Adequação Postural e Acessibilidade Espacial.** Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial; Universidade Federal do Ceará, 2010. 48 p. v. 7.

KARAGIANNIS, Anastasios; STAINBACK, Willian. STAINBACK, Susan. **Fundamentos do Ensino Inclusivo**. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 21-34.

KRÜGER, José Adelino et al. **ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE: repensando os processos inclusivos**. 2007. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3826>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MASINI, Elcie; BAZON, Fernanda Vilhena Mafra. A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. **Anais da 28ª Reunião Anual**, p. 1-22, 2005. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/424.pdf>. Acesso em: 11 de maio 2019.

NOGUEIRA, Maria Das Dores Pimentel. O fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras: um ator social em construção. **Interfaces - revista de extensão**, Belo horizonte, v. 1, n. 1, p. 35-47, jul./nov. 2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/irext/article/view/7/8>>. Acesso em: 15 maio de 2019.

PACHECO, R.V; COSTAS, F.A.T. Revista do Centro de Educação: O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. Edição: N. 27, 2005. Acessado em setembro de 2013.

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges et al. **Cartilha do Censo 2010–Pessoas com deficiência**. Brasília: Sdh-pr / snpd, p. 17, 2012. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

SÁ, Elizabet Dias de; SIMÃO, Valdirene Stiegler. ALUNOS COM CEGUEIRA: crenças, mitos e concepções acerca da cegueira. In: DOMINGUES, Celma dos Anjos et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Universidade Federal do Ceará, 2010. Parte II, p. 26-29. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7105-fasciculo-3-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos (org.). **Inclusão de alunos com deficiência visual**. Módulo didático 5. Natal, RN: EDUFRN, 2011. 52p.

SILVA, Kátia Ariane. **ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES VISUAIS: Um estudo nos museus de Belo Horizonte**. João Pessoa: Revista Temas Em Educação, 2016. p.91-113 p. v. v.25. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/25686/16981>. Acesso em: 18 nov. 2018.

SILVA, Otto Marques Da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987. 470 p.

SILVA, Raíssa Priscila Da Costa; SANTOS, Maria Clara Pereira. **Uma análise sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência visual no ensino superior**. COIPESU, 2014, 17p. Disponível em: <http://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/6/uma-analise-sobre-o-processo-de-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-visual-no-ensino-superior.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2019

SKLIAR, Carlos. **A educação e a pergunta pelos outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”**. Revista Ponto de Vista, Florianópolis, n. 05, p. 37-49, 2003.

STAINBACK, Susan et al. **A inclusão e o Desenvolvimento de uma auto-identidade positiva em pessoas com deficiência**. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999. cap. 24, p. 407-413.

AUTORES:

Laís de Paula Leite: Graduanda do curso de Psicologia/UEMG/Unidade Divinópolis, 5º período matutino. lais.depaula.leite@hotmail.com

Márcio Pereira: Mestre em Educação/UNISAL/SP, Doutorando em Educação/UNINI/Puerto Rico. Orientador do projeto. marcio.marcio@uemg.br

Thainara Pereira Silva: Graduanda do curso de Psicologia/UEMG/Unidade de Divinópolis, 9º período noturno. thainarapereirasv@hotmail.com

Thayná Millene da Silva Simões: Graduanda do curso de Psicologia/UEMG/Unidade de Divinópolis, 5º período matutino. thayna.millene@gmail.com